

Conferência da Saúde 28 MAR 1980 privilegia grupos

BRASÍLIA — Um grupo de deputados da Comissão de Saúde da Câmara encaminhou ontem um documento ao ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, afirmando que a VII Conferência Nacional de Saúde, que se realiza em Brasília, "foi programada no sentido de beneficiar a um grupo restrito e privilegiado, ignorando mesmo os órgãos técnicos da Câmara dos Deputados".

Os parlamentares lamentam o descaso do Ministério da Saúde para com a Comissão de Saúde, uma vez que seus membros sequer foram notificados ou convidados para a VII Conferência Nacional de Saúde. O órgão da Câmara, afirmam, é constituído de médicos, representando as mais longínquas regiões do País e portadores, portanto, do dever e das condições para levar até à comunidade que representam os resultados obtidos através da Conferência.

Segundo os deputados que assinaram o documento, a alegação de

que o grupo participante teria que ser limitado e reduzido, estabelecendo-se, inclusive, uma cota de quatro a seis convites para os deputados, parece "ridícula e inaceitável". O argumento de que o espaço físico do Itamarati, onde se realiza a Conferência, é pequeno para atender muitos convidados, também não foi aceito pelos integrantes da Comissão de Saúde.

Afirmam os deputados que o Palácio Itamarati abrigou, na recepção, por ocasião da posse do presidente da República, mais de três mil pessoas. O documento frisa: "temos certeza de que, se houvesse necessidade, o próprio legislativo, vivamente empenhado na solução do problema, colocaria suas dependências à disposição do Ministério da Saúde".

O documento foi assinado pelos deputados Waldir Belinati (PDS-PR), Ademar Pereira (PDS-PB), José de Castro Coimbra (PDS-SP), Inocêncio de Oliveira (PDS-PE), João Alves (PDS-BA), Max Mauro (PMDB-ES), Paulo Correia Netto (PDS-PE).